



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)**

GIOVANNA GABRIELLE S. F. L. SPINDOLA

**PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E CULTURA: O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO
SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1960-1970)**

RECIFE

2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
(CFCH) DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GIOVANNA GABRIELLE S. F. L. SPINDOLA

**PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E CULTURA: O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO
SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1960-1970)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciatura em História.
Orientadora: Prof^a. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Spindola, Giovanna Gabrielle Schwambach da Fonseca Leite.
PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E CULTURA: O PROCESSO DE
PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1960-1970) / Giovanna
Gabrielle Schwambach da Fonseca Leite Spindola. - Recife, 2023.
45 p.

Orientador(a): Isabel Cristina Martins Guillen
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura,
2023.

Inclui referências, anexos.

1. Patrimônio Cultural. 2. Turismo Cultural. 3. Sítio Histórico de Olinda. 4.
Missões da UNESCO no Brasil. 5. Educação Patrimonial. I. Guillen, Isabel
Cristina Martins . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

GIOVANNA GABRIELLE S. F. L. SPINDOLA

**PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E CULTURA: O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO
SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1960-1970)**

TCC apresentado ao Curso de História da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito para a obtenção do título de
Licenciatura em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Isabel Cristina Martins
Guillen

Aprovado em: 06/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Isabel Cristina Martins Guillen (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^º. Me. Allan Alves da Mata Ribeiro (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Me. Luiza de Farias Melo (Examinador Externo)
Centro Universitário dos Guararapes

PATRIMÔNIO, EDUCAÇÃO E CULTURA: O PROCESSO DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1960-1970)

Giovanna Gabrielle S. F. L. Spindola¹

Resumo: O objetivo deste presente trabalho é discutir sobre a preservação do Sítio Histórico de Olinda, com ênfase no seu tombamento, realizado em 1968, e na participação local dos moradores nesse processo de preservação, iniciada na década de 1970 através da substituição do perfil de moradores que viviam na região. A princípio, será realizado um debate sobre a trajetória das políticas preservacionistas no país, com enfoque na década de 1960, em que a DPHAN, aliando-se à UNESCO, utiliza-se do Turismo Cultural para promover a preservação dos sítios históricos brasileiros, visando estimular a economia do país. Em seguida, serão explanadas as Missões UNESCO no Brasil – mais precisamente em Olinda –, resultado da parceria entre ambos os órgãos, e que foi realizada entre os anos de 1966 e 1967, atuando como um dos fatores contribuintes para o tombamento do sítio histórico. Na mesma seção, também será discutido sobre o início da mobilização local na cidade em prol da preservação do sítio histórico, com destaque para a campanha “Olinda pede socorro”, realizada em 1979. Por fim, será proposto um debate sobre a Educação Patrimonial enquanto ferramenta de potencialização do reconhecimento da importância de se preservar o patrimônio cultural, discutindo-se sobre os impasses vivenciados pelo campo, e propondo-se caminhos a serem seguidos pelas esferas de poder, pelas instituições educacionais formais e informais e pelo ensino de história, com o propósito de capacitar os cidadãos sobre os debates que envolvem o patrimônio cultural, inserindo-os nessa discussão e estimulando o espírito crítico, a construção de identidade, o respeito à alteridade de outros grupos e a criação de laços de pertencimento e afetividade com o patrimônio cultural local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Turismo Cultural; Sítio Histórico de Olinda; Missões da UNESCO no Brasil; Educação Patrimonial.

¹ Discente do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: giovanna.spindola@ufpe.br

Abstract: The objective of this present work is to discuss the preservation of the Historic Site of Olinda, with emphasis on its listing, carried out in 1968, and on the local participation of residents in this preservation process, which began in the 1970s through the replacement of the profile of residents who lived in the region. Initially, a debate will be held on the trajectory of preservationist policies in the country, focusing on the 1960s, in which DPHAN, in alliance with UNESCO, uses Cultural Tourism to promote the preservation of Brazilian historical sites, aiming to stimulate the country's economy. Next, the UNESCO Missions in Brazil will be explained – more precisely in Olinda –, the result of the partnership between both bodies, which was carried out between 1966 and 1967, acting as one of the contributing factors to the listing of the historic site. In the same section, the beginning of local mobilization in the city in favor of preserving the historic site will also be discussed, with emphasis on the “Olinda asks for help” campaign, carried out in 1979. Finally, a debate will be proposed on Heritage Education as tool for enhancing the recognition of the importance of preserving cultural heritage, discussing the impasses experienced by the field, and proposing paths to be followed by the spheres of power, by formal and informal educational institutions and by the teaching of history, with the purpose of training citizens on debates involving cultural heritage, including them in this discussion and stimulating a critical spirit, the construction of identity, respect for the otherness of other groups and the creation of bonds of belonging and affection with heritage local cultural.

Keywords: Cultural heritage; Cultural Tourism; Olinda Historic Site; UNESCO missions in Brazil; Heritage Education.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a preocupação em torno de políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural foi legitimada através da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937², cujo propósito era garantir a preservação da identidade nacional brasileira, valorizando-se, essencialmente, o patrimônio de pedra e cal – como casas de câmara e cadeia, engenhos, igrejas católicas e fortalezas militares – que, segundo os especialistas desse contexto, eram símbolos da nossa brasilidade – apesar de serem produtos, principalmente, da presença colonial portuguesa no país. Sendo assim, as primeiras políticas patrimoniais brasileiras foram marcadas por uma ótica colonialista e eurocêntrica.

Ao longo dos anos, notadamente entre as décadas de 1970 e 1980, observou-se uma mudança de direcionamento das políticas culturais, em que novos objetos e bens, provenientes, por exemplo, das culturas afro-brasileira e indígena, passaram a ter mais visibilidade e a concorrem para se tornarem patrimônio no rol das ações promovidas pelos órgãos de preservação.

Dessa maneira, percebe-se que o enfoque das políticas preservacionistas no campo do patrimônio brasileiro variou conforme o contexto histórico, político, social e econômico em que as mesmas foram desenvolvidas. Esta ideia é trabalhada por Arantes (2006), que ressalta que o patrimônio é o resultado de uma construção social, sendo necessário compreendê-lo no contexto das práticas sociais que lhe conferem sentido.

Nesse viés, o objetivo do primeiro movimento preservacionista no Brasil, iniciado na década de 1920 pelos intelectuais modernistas, era valorizar o caráter nacional dos bens culturais que representavam uma ideia de nação baseada na herança colonial portuguesa.

A ideia de preservação de bens culturais representativos da nação tem suas raízes no final do século XVIII, durante o período da Revolução Francesa, cujo propósito era exaltar a cultura e relevância do Estado francês. Esta concepção refletiu-se significativamente na mentalidade ocidental, contribuindo para que as noções de Arte e História passassem por um processo de “autonomização”, deslocando-se do plano instrumental para serem utilizados como elementos de construção de uma representação da nação (Choay, 2001)³. Mediante a isto, no século XX, o Patrimônio Cultural brasileiro, seguindo a tendência europeia, é eleito como

² O Iphan refere-se à agência federal de preservação, criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto - lei 8534 transformou o SPHAN em diretoria. A agência responsável pelo patrimônio histórico e artístico brasileiro passou então a chamar-se DPHAN. E, finalmente, em 27 de julho de 1970, o Decreto n. 66.967 transformou a DPHAN em instituto – Iphan.

³ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.128-142.

uma representação simbólica do passado, enquanto estratégia para firmar e legitimar identidades nacionais e interesses políticos.

Com a finalidade de executar um plano de preservação baseado nesses preceitos, foram criados, a partir da década de 1930, diversos órgãos de preservação, notadamente o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937, como foi mencionado. Os projetos e propostas desenvolvidos por meio deste serviço deveriam garantir, entre outras questões, que o Patrimônio Cultural da nação fosse legado às gerações futuras.

Cerca de 30 anos depois, na década de 1960, as políticas de preservação passaram a sofrer significativas mudanças em relação à sua orientação e uso(s), porém, ainda se baseando nos princípios de valorização de bens representativos da identidade nacional brasileira. Neste contexto, o Brasil vivenciou a expansão do turismo internacional, iniciado com o fim da Segunda Guerra Mundial, em um momento de intensa urbanização e industrialização do país (Aguiar, 2016).

Funari e Pelegrini (2009) explicam que o impacto destrutivo propiciado pela guerra mobilizou diversos estudiosos para a necessidade urgente de reconstrução das cidades e restauração dos monumentos. Consequentemente, novas formas de utilizar e gerir o patrimônio foram criadas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada em 1946 com o objetivo de atenuar o antagonismo entre as nações, passou a defender, na metade da década de 60, a expansão do turismo para os sítios urbanos preservados. A organização argumentava que esta seria a solução para conservação destes espaços, coincidindo com o desenvolvimento mundial dessa atividade, que exigia a criação de novos destinos turísticos. Era o chamado “Turismo Cultural”⁴, recorrentemente utilizado nas cidades europeias, e que, devido ao seu êxito, serviu de modelo para o Brasil na elaboração de suas políticas de preservação (Aguiar, 2016).

Buscando adequar-se aos novos parâmetros estabelecidos no plano cultural internacional e reformular suas ações, a DPHAN se alia à UNESCO, em 1965, objetivando compatibilizar os interesses da preservação ao novo modelo de desenvolvimento executado pelo regime ditatorial. Fonseca (2009) esclarece que o propósito dessa parceria não era apenas

⁴ O Turismo Cultural é definido por Silberberg (1995, p. 361) como uma “visitação por pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesse em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição”. A motivação, por parte de um turista, em viver experiências culturais em determinado destino pode resultar em visitas ao patrimônio edificado local ou na simples observação de como um grupo de pessoas relaciona-se à mesa para um chá ou café.

convencer as autoridades e o interesse público sobre a importância de se valorizar a cultura do país, mas demonstrar o quão vantajosa era a relação entre valor cultural e valor econômico.

É interessante observar, conforme aponta Cruz (2009), que as políticas culturais que estavam sendo produzidas neste momento eram reflexo dessa referida política desenvolvimentista de Estado no país. O Brasil, neste período, estava passando por um momento de crise econômica, em que a inflação estava elevada, as reservas internacionais estavam esgotadas, existia um déficit público (quando as despesas públicas superam o valor total das receitas públicas, essenciais para um bom funcionamento do aparato estatal), e os débitos externos estavam vencidos. Para resolver esses problemas, o governo Castelo Branco resolveu promover um saneamento econômico, que influenciou tanto na política interna, quanto na externa.

Como resultado dessa colaboração entre ambos os órgãos, foram realizadas as Missões UNESCO no Brasil, resultando na vinda do inspetor francês Michel Parent e sua equipe entre 1966 e 1967, para que visitassem as cidades históricas brasileiras que desejavam obter reconhecimento mundial. Parent (1967), ao visitar Olinda, destacou a necessidade de preservar a história da cidade, dado que a mesma se encontrava à beira de um possível desaparecimento, caso as providências quanto a sua preservação não fossem tomadas. Suas observações foram essenciais para que, em 1968, como será discutido na seção 3, ocorresse o tombamento do Sítio Histórico de Olinda.

Dentre as principais justificativas utilizadas para argumentar sobre a importância e necessidade do tombamento do sítio histórico, ressaltou-se, no processo de tombamento, a riqueza histórica da formação colonial da cidade, composta de arruamentos dos povoados portugueses de origem medieval e igrejas barrocas, bem como a vegetação tropical e a vista para o oceano que envolvem a cidade de Olinda (Martins, 2019).

Na década seguinte, aliado a esta perspectiva econômica associada aos fins turísticos, é criado, em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), – a princípio, voltado para o Nordeste – que despontou com a primeira política integrada de preservação do patrimônio urbano brasileiro (Corrêa, 2012).

O PCH fez parte da rede de relações e de poder integrada ao projeto desenvolvimentista do governo militar, baseado no binômio regionalismo e descentralização, princípios estes que também implementaram as demais políticas culturais nos anos 1970 no Brasil. Acreditava-se que, através desse binômio, seria garantido o acesso a bens culturais até então centralizados no Sudeste brasileiro (Chuva; Lavinias, 2016).

O principal objetivo do programa era a conservação e a restauração do acervo cultural das cidades históricas para uma utilização economicamente viável. Partindo dessa premissa, as obras promovidas pelo PCH se deram a partir de três condicionantes: primeiramente, a preferência seria por locais com reduzida atividade econômica, e que estavam em vias de arruinamento (o IPHAN era responsável por indicar as prioridades). A inclusão desses monumentos num roteiro turístico auxiliaria no aumento da renda do município. A segunda condição, refere-se aos monumentos passíveis de implantação imediata da atividade turística com aplicação de recursos arrecadados pelo próprio PCH. E, por fim, os locais com necessidade de infraestrutura de acesso e hospedagem (Gusmão, 2011).

Seguindo essas condições, Olinda foi selecionada, ao lado de Igarassu, Itamaracá (Forte Orange), Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, enquanto um local onde existiam monumentos que permitiriam a implantação imediata da atividade turística (Gusmão, 2011).

Para dar prosseguimento à execução desta proposta, foi dada prioridade aos órgãos municipais e estaduais, bem como fundações especializadas, empresas de turismo e bancos de desenvolvimento, complementando a atuação até então isolada do IPHAN, havendo a descentralização de suas atividades, que, até então, se concentravam no Sudeste, como foi assinalado. Dessa forma, para atender às necessidades operacionais do Programa, o Governo do Estado de Pernambuco criou, no mesmo ano de surgimento do PCH, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE (Gusmão, 2011).

A partir disso, com o objetivo de cumprir com a proposta de desenvolvimento de atividades turísticas na cidade de Olinda e a utilização de seus monumentos para esta finalidade, foram realizadas obras de restauração pontuais na cidade.

Em meio a esse contexto, entre as décadas de 1960 e 1970, constatou-se que houve um processo de substituição do perfil de moradores olindenses, iniciado com a realização do Movimento da Ribeira (1964-1965). Os artistas plásticos e intelectuais recifenses envolvidos no movimento passaram a enxergar Olinda enquanto um refúgio contra a repressão vigente na cidade de Recife, durante o regime ditatorial. Diante desse cenário, esses artistas passaram a desenvolver suas atividades culturais neste novo local, trazendo visibilidade para a cidade olindense, e fazendo com que se tornasse bastante conhecida⁵.

Este movimento cultural, somado ao tombamento da cidade, seu ar de tranquilidade e sua paisagem bucólica, levou diversas pessoas a se interessarem em comprar casas na região,

⁵ Esse movimento, de caráter artístico e cultural, contou com a difusão e evidenciação, por parte de diversos artistas plásticos residentes em Recife e Olinda, de expressões artísticas enraizadas na cultura popular, em oposição ao caráter erudito que era preconizado pelos ensinamentos acadêmicos (Cunha Barreto, 2008).

formando-se, posteriormente, uma elite de classe média alta, composta de intelectuais e letrados. Estes novos residentes, que valorizavam questões ambientais e preservacionistas, foram os responsáveis por dar início a campanhas e movimentos de preservação envolvendo a participação local (Cunha Barreto, 2008). Como exemplo, será apresentado, brevemente, o movimento “Olinda pede socorro” na seção 3.1, sendo um, dentre tantos outros, que mais se destacou neste momento, alcançando amplitude local e nacional na década de 1970.

Destacar a participação ativa da comunidade local na preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade coloca-se como essencial, pois, como tão bem comenta Menezes (2012) como poderia algo valer para todos, a exemplo do tombamento do Sítio Histórico de Olinda, a nível federal, e esses mesmos bens serem ignorados pela população local, sujeitos estes que podem ter uma fruição contínua do objeto preservado? Como pode um bem, antes de tudo, não ter um valor municipal? Acredita-se que o envolvimento da população local na preservação de seu patrimônio é imprescindível, para que estes conheçam o arcabouço político, jurídico e cultural que rege as políticas culturais brasileiras, e, assim, estejam capacitados para participarem dos debates presentes no campo patrimonial, firmando laços de pertencimento com o patrimônio local e potencializando a luta em prol da sua valorização, reconhecimento e preservação, discussão esta que também será feita na última seção.

Desta maneira, por meio desse estudo de natureza essencialmente qualitativa, tem-se como proposta compreender, a princípio, como se desenhou a trajetória das políticas preservacionistas brasileiras entre 1930 e 1960, e, em seguida, como se processaram os esforços em prol da preservação do Sítio Histórico de Olinda, entre as décadas de 1960 e 1970. Por fim, será realizada uma discussão relacionada à Educação Patrimonial, aqui entendida enquanto uma importante ferramenta que convoca e incentiva as comunidades locais a preservarem o seu patrimônio local, enquanto detentoras e produtoras de referências culturais, bem como atua na capacitação de discentes – do Ensino Básico e da graduação – e docentes que estudam sobre esse campo do patrimônio.

Na segunda seção, pretende-se realizar uma breve análise sobre a noção de Patrimônio, aliada a apresentação da trajetória das políticas de preservação no Brasil, com enfoque para a década de 1960, em que o DPHAN se aliou a UNESCO, estimulando o desenvolvimento econômico associado ao turismo para promover a preservação do patrimônio no país, resultando nas Missões UNESCO no Brasil, que serão discutidas na seção posterior.

Em seguida, na seção 3, será abordado o processo de preservação do sítio histórico de Olinda, evidenciando-se as Missões Unesco, entre 1966 e 1967, com a visita do inspetor francês Michel Parent, o processo de tombamento do sítio histórico, em 1968, apoiado por este referido

perito técnico, e o prelúdio da mobilização local na cidade, na década de 1970, em prol da luta pela preservação do sítio histórico, com destaque para o movimento “Olinda pede Socorro!”.

Por fim, na última seção, tem-se como proposta demonstrar como a Educação Patrimonial pode contribuir para o reconhecimento da importância de se preservar o Patrimônio Cultural, refletindo-se, a priori, sobre como o campo se desenvolveu no Brasil, os impasses e avanços vivenciados atualmente. Posteriormente, serão traçados caminhos com a proposta de integrar a comunidade local no processo de identificação e seleção do patrimônio, garantindo uma conservação integrada, e que não se esgota neste nível, mas que se estende à compreensão de outras realidades e vivências, a nível nacional e mundial, fomentando-se o respeito às alteridades. No mesmo sentido, também serão sugeridas orientações, associadas ao ensino de história, no intuito de preparar professores e professoras para trabalhar seus conteúdos em sala de aula, por meio de uma abordagem crítica e dialógica que deve ser incorporada na execução de práticas educativas associadas à Educação Patrimonial.

2. A NOÇÃO DE PATRIMÔNIO, A TRAJETÓRIA BRASILEIRA DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS E O TURISMO CULTURAL

A compreensão sobre a noção de patrimônio, que, de acordo com Chuva (2012), é historicamente construída, ainda no tempo presente costuma ser assimilada como uma herança que nos foi legada pelo passado. Essa narrativa tem sido revista por diversos autores que debatem sobre o tema, munidos da proposta de refletir e atribuir novos sentidos e significados para este conceito.

Dominique Poulot (2009) entende o patrimônio enquanto uma construção edificada em um momento histórico que precisa ser analisado, visto que a emergência deste, ou de sua instituição, apenas pode ser compreendida no contexto cultural, político e ideológico em que está inserido.

Conjuntamente, Isabel Guillen (2014) comenta que a “invenção” patrimonial está inscrita em um campo político em que memórias são disputadas, conforme os projetos políticos que estão em pauta, inseridos em um processo que precisa ser pensado, para que, a partir disso, a noção de patrimônio possa ser desnaturalizada.

Nesse sentido, Maria Cecília Londres Fonseca (2009) explica que a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais se trata de uma prática característica dos Estados Modernos. Para que este processo seja possível, são convocados agentes especializados para esta atividade, sendo encarregados de selecionar um conjunto de bens no espaço público. Esta

seleção ocorre através da atribuição de valores a estes bens, enquanto manifestações culturais e símbolos da nação, mediante critérios atribuídos por especialistas de diversas áreas, tornando-os merecedores desta proteção.

Este ideário, que reforça a importância da seleção e utilização destes bens como uma estratégia de valorização da identidade nacional brasileira, foi construído no início da década de 1920, inspirando-se nos princípios de preservação da Revolução Francesa. A respeito disso, Regina Abreu (2009) sinaliza que foi através da coletânea de ideias produzidas neste processo histórico, durante o século XVIII, que o significado de patrimônio se estendeu do privado – dos bens de uma pessoa ou de um grupo de pessoas (a nobreza) – para o conjunto dos cidadãos.

A preocupação com a preservação do patrimônio histórico nacional, principalmente dos bens imóveis fora do âmbito dos museus, começa a ter um significado mais relevante a partir da década supracitada, visto que a falta de preservação destes bens estava comprometendo sua conservação, chamando a atenção de diversos intelectuais progressistas que participaram do movimento modernista brasileiro. Este grupo passou a denunciar o descaso e abandono para com as cidades históricas por parte das elites nacionais e do Estado, colocando a necessidade de se construir políticas de preservação dos vestígios do passado da nação enquanto pauta de política pública⁶ (Fonseca, 2009).

O empenho deste grupo incentivou a formulação de um anteprojeto, em 1936, solicitado por Gustavo Capanema, então Ministro de Educação e Saúde do governo Vargas, ao poeta Mário de Andrade – peça chave do Modernismo brasileiro, que buscou valorizar a identidade e cultura brasileiras em suas obras. A proposta era criar um órgão especificamente voltado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Tal iniciativa foi essencial para que, um ano depois, houvesse a consolidação do Decreto-lei 25/1937, que acarretou na criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a finalidade de controlar o sistema de tombamentos e as políticas de preservação do patrimônio brasileiro⁷. A partir desse

⁶ Estes intelectuais perceberam que a imobilidade das elites nacionais e do Estado diante dessa questão poderia acabar comprometendo o país diante das nações tidas como civilizadas, assunto esse que se tornou foco de preocupação no Governo, no Congresso Nacional, nas instituições culturais e na imprensa (Fonseca, 2009).

⁷ A partir desse decreto, o tombamento foi escolhido como meio de proteção legal do patrimônio cultural. O IPHAN explica, em seu *site* oficial, que o tombamento se trata de um ato administrativo que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, podendo ser realizado em três instâncias: federal (de competência do IPHAN), estadual, ou municipal, e está restrito a bens de natureza material ou ambiental. Além disso, o 4º artigo deste Decreto-lei estabelece a criação de quatro Livros do Tombo nos quais devem ser inscritos os bens sob proteção legal, de acordo com sua natureza. São eles: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro do Tombo Histórico; o Livro do Tombo das Belas Artes; e o Livro das Artes Aplicadas. IPHAN. Tombamento. [s.d]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento2.pdf#:~:text=tombamento%20%C3%A9%20realizado%20pelo%20Poder%20P%C3%ABlico%2C%20nos%20n%C3%ADveis,ser%20realizado%20por%2>>

momento, é estabelecida uma regulamentação adequada de proteção dos bens culturais no Brasil (Fonseca, 2009).

De acordo com José Reginaldo Gonçalves (1996), esse projeto foi implementado a partir de uma ideologia nacionalista, autoritária e modernizadora, pensada através da ótica das elites urbanas e durante o contexto do golpe do Estado Novo. A busca pela identidade nacional brasileira tinha como palavras de ordem a modernização e civilização do Brasil através da conservação do passado e modernização do presente, com o objetivo de elevar o país ao plano das nações europeias mais avançadas, entendidas como um modelo a ser seguido.

A respeito disso, Chuva (2003)⁸ destaca que esse desejo de pertencer à civilização ocidental foi, provavelmente, o que configurou o processo de invenção de um patrimônio nacional no Brasil.

Contudo, essa identidade nacional, que estava a cargo de expressar a nossa “brasilidade”, foi associada deliberadamente à nossa herança colonial portuguesa, enquanto que, por outro lado, os bens culturais relativos à herança indígena e afro-brasileira foram relegados a um estágio ultrapassado de evolução cultural, sendo ignoradas como referências em termos de vida social e cultural (Gonçalves, 1996)⁹.

Não é à toa, como aponta Tolentino (2016), que parte majoritária dos patrimônios culturais sob tutela do Estado é constituída de bens representativos de nossa herança europeia, como casas de câmara e cadeia, engenhos, igrejas católicas e fortalezas militares.

A partir da década de 1970, ocorreu uma mudança nesse cenário, relacionada à ampliação da noção de patrimônio. Chuva (2012) discute que se iniciou uma discussão sobre a inserção de novos valores ao campo do patrimônio, e a ideia de nação em favor do fortalecimento do recorte identitário branco, europeu e católico, gradativamente, perdeu espaço.

Dessa forma, Arantes (2006) afirma que esta discussão sobre a ampliação da noção de patrimônio no âmbito político contribuiu para que este elemento passasse a ser reivindicado pelos amplos setores sociais, seja como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e pertencimento, ou pelo seu valor econômico, no desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, a cargo do Turismo Cultural. A discussão sobre este formato de turismo

[Oqualquer%20cidade%20ou%20institui%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica](#)>. Acesso em: 08 de set. 2023.

⁸ CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, v. 4, n. 7, jul.-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.

⁹ De acordo com Chuva (2012), essa vertente esteve assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do indígena influências de menor relevância.

coloca-se como indispensável, pois fornece um pano de fundo para compreensão do processo de preservação dos sítios históricos, como o de Olinda, objeto de estudo deste trabalho.

As origens desse fenômeno mundial podem ser verificadas nas décadas seguintes após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O impacto destrutivo causado por este conflito militar chamou a atenção de diversos estudiosos para a necessidade urgente de reconstrução das cidades e restauração dos monumentos (Funari; Pelegrini, 2006).

Assim sendo, esse cenário corroborou para que fossem concebidas novas formas de utilizar e gerir o patrimônio nestes países, vinculadas ao Turismo Cultural e ao planejamento urbano e associadas à UNESCO, fundada em 1946 na tentativa de quebrar os antagonismos entre as nações (Abreu, 2009).

Em relação ao Brasil, desde a década de 1950, o país estava passando por uma mudança no seu modelo de desenvolvimento, que fora incorporado pela então DPHAN e pelos demais órgãos de administração pública que se interessavam por esta questão. As políticas culturais elaboradas na década de 1960 também adotaram esta ideologia, associando o nacionalismo aos valores de modernização, em meio a um momento de intensa industrialização e urbanização, estimuladas pela construção de Brasília.

As consequências deste novo modelo de desenvolvimento para a preservação, repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que esta ideologia se colocava contra a continuidade e à tradição – mas também nos níveis econômico e social, devido ao processo de migração para as cidades e uma maior valorização do solo urbano. Dessa forma, na atuação da então DPHAN, surgiram tensões relacionadas principalmente à preservação das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades. A proteção dos conjuntos e dos entornos dos monumentos tombados passaram a exigir um novo redirecionamento (Fonseca, 2009).

Em se tratando do plano global, Martins (2019) narra que as discussões envolvendo o conceito de cultura¹⁰ e a problemática do desenvolvimento ao redor do mundo, na segunda metade do século XX, abrem caminho para uma série de envolvimento políticos por parte de diversos segmentos da sociedade civil e de organismos transnacionais, notadamente a UNESCO, que passou a centralizar o debate envolvendo a cultura e o desenvolvimento.

¹⁰ Abreu (2009) discute que o conceito antropológico de cultura, surge, neste momento, como um verdadeiro antídoto dos conflitos entre os povos, contrapondo-se às tendências racistas que haviam desencadeado a Segunda Guerra Mundial. Cientistas sociais, notadamente antropólogos, foram chamados para traçar planos de ação e de investigação na área do patrimônio que contemplassem a(s) diversidade(s) cultural(is).

Élder Alves (2019) explica que a participação ativa da UNESCO nos assuntos culturais, aliada às novas ações e programas de políticas culturais a nível local, se deu em função do avançado processo de industrialização do simbólico a partir da década de 1960, que impactou o modo de perceber e normatizar as relações econômicas, políticas, simbólicas e culturais, produzindo-se a sensação de um processo de hegemonização e padronização da cultura. Este cenário preocupou diversas nações e instituições transnacionais, que começaram a defender e exigir dos governos nacionais e organismos transnacionais a elaboração de novas políticas públicas voltadas à cultura, visando a promoção da diversidade e identidade cultural.

Na América Latina, marcada pela heterogeneidade de idiomas, tradições e culturas, o medo relacionado a unificação cultural contribuiu para que os apelos a diversidade se intensificassem, fazendo com que as organizações responsáveis pela cultura, juntamente com os movimentos sociais, pressionassem os governos locais e nacionais para efetivação da defesa e promoção das identidades locais e regionais (Alves, 2010).

À vista disso, o papel conferido à UNESCO era o de realizar uma operação político-jurídica em conjunto com as nações em questão, em prol da valorização da diversidade cultural e da identidade. Assim, a luta preservacionista, encabeçada pelos países europeus e latino-americanos, foi legitimada, sendo elaborados os mecanismos jurídicos que definiriam os instrumentos de proteção e promoção da diversidade e da identidade (Martins, 2019).

Martins (2019) detalha que, após a 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, realizada no ano de 1966 em Budapeste (Hungria), a preservação dos monumentos e outros bens foram relacionados diretamente ao desenvolvimento da indústria turística. Contudo, a relação entre a preservação e o turismo tornou-se mais próxima em 1967, com as Normas de Quito,¹¹ em decorrência da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), ressaltando-se a relevância do valor econômico de bens culturais.

¹¹ As cartas patrimoniais são documentos que fornecem fundamentação teórica-crítica para que os bens culturais sejam preservados como documentos fidedignos, para que possam, assim, atuarem com o efetivo suporte do conhecimento e da memória coletiva. Estes documentos foram formulados em contextos específicos, cada um com uma finalidade diferente, e, em razão disso, não podem ser usados em conjunto, devido a função específica que possuem individualmente. De acordo com Kohler (2019), as Normas de Quito (1967) são consideradas a carta patrimonial que melhor expressa uma visão “terceiro-mundista” acerca do patrimônio cultural. Ela é também a primeira que vincula diretamente o patrimônio monumental (americano) ao desenvolvimento econômico (da América Latina), por meio do Turismo Cultural. No documento, o cerne das preocupações deixa de ser os sentidos e definições do patrimônio cultural ou questões técnicas de preservação. A carta patrimonial centra-se na utilização do patrimônio monumental como instrumento de desenvolvimento econômico, que, no documento, é sinônimo de fomento ao turismo. O autor detalha que essa é a única vinculação feita ao longo de todo o texto, referindo-se ao bem-sucedido caso europeu. Dentre os benefícios associados ao turismo, comenta-se que esta atividade cultural permite ampliar o público do patrimônio cultural, saindo de um domínio exclusivo de minorias eruditas, para as maiorias populares.

Desta forma, o turismo surge, neste período, como uma importante via de desenvolvimento econômico e para a “autossustentabilidade”, buscando-se a geração de recursos para a preservação do patrimônio cultural. Os bens deveriam ser preservados porque eram atrações turísticas e, conseqüentemente, capacitavam-se novos agentes sociais aptos a defini-los, geri-los e desenvolver novas formas de preservação que também fossem sustentáveis (Aguilar, 2016).

Acompanhando esse novo cenário, a DPHAN se alia à UNESCO, a partir de 1965, no intuito de reformular e reforçar sua atuação, procurando compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento vigente no Brasil. O objetivo desta parceria não era apenas convencer as autoridades e o interesse público sobre a importância de preservar valores culturais, mas, principalmente, demonstrar a relação vantajosa entre valor cultural e valor econômico (Fonseca, 2009).

Como resultado dessa parceria, ocorreram as Missões UNESCO no Brasil, que contaram com a presença do inspetor francês Michel Parent e sua equipe para visitar as cidades históricas brasileiras que almejavam o reconhecimento mundial, instaurando-se novas diretrizes para a política de preservação do patrimônio urbano, como veremos na próxima seção.

Nesse sentido, promoveram-se mudanças importantes no processo de seleção de cidades a serem protegidas, no aproveitamento do seu patrimônio e na gestão e utilização daquelas que já haviam sido tombadas. As chamadas “cidades-patrimônio”¹² assumem novas funções, atuando, neste momento, enquanto dinamizadoras do desenvolvimento e da economia urbana, por meio da utilização do Turismo Cultural, agindo como propiciadoras de recursos próprios para sua conservação (Sant’Anna, 2017).

Posteriormente, como resultado das novas políticas governamentais de preservação e desenvolvimento urbano, é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) – a princípio, na região do Nordeste – em 1973, que figurou como a primeira política integrada de preservação do patrimônio urbano no Brasil (Corrêa, 2012).

O programa, aliado às diretrizes preconizadas pela UNESCO nos anos de 1960, se propôs a promover a conservação do patrimônio e o desenvolvimento econômico das cidades-patrimônio do Nordeste, sendo considerado como uma das grandes frentes das políticas

¹² De acordo com a arquiteta Márcia Sant’Anna (2017), em seu artigo “*As cidades-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos*”, o termo “cidade-patrimônio” está inserido no debate sobre a preservação dos espaços urbanos. A cidade, enquanto objeto de preservação, teria como meta um objeto idealizado: a cidade-patrimônio.

culturais brasileiras do regime civil-militar nos anos 1970. Um de seus principais objetivos era estimular o desenvolvimento da indústria turística nacional (Chuva; Lavinas, 2016).

Gusmão (2011) esclarece que, para que o programa fosse executado, foi dada prioridade a órgãos estaduais e municipais, fundações especializadas, empresas de turismo e bancos de desenvolvimento, complementando a atuação até então isolada do IPHAN. Este resultado foi considerado como bastante positivo pelos representantes do regime ditatorial a respeito da atuação do PCH, pelo fato de que houve a descentralização das atividades do Instituto, que, até então, se concentravam no Sudeste.

Fonseca (2009) informa que o artigo 23 do Decreto-lei nº 25, de 30/11/1937, já havia feito menção à colaboração dos estados na proteção do patrimônio neles localizados. Nos documentos do Compromisso de Brasília (1970) e do Compromisso de Salvador (1971) – produzidos nos encontros entre governadores que se sensibilizaram com este novo quadro cultural nacional e internacional – recomendava-se que estados e municípios exercessem uma atuação complementar à federal na proteção de bens culturais de valor nacional, e, além disso, assumissem, sob orientação técnica do DPHAN, a proteção de bens de valor regional.

Para atender a essa proposta, estados e municípios deveriam criar, se fosse o caso, instituições e legislações próprias, assumindo sua parte na responsabilidade de garantir a conservação dos bens culturais locais. Mediante a isto, para atender às necessidades operacionais do Programa de Cidades Históricas, o Governo do Estado de Pernambuco criou, em 1973, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, que exerceu o papel de entidade executora. Dentre as ações realizadas pelo programa, foram feitas obras de restauração pontuais na cidade de Olinda, como veremos adiante.

Na seção seguinte, compreendemos como se processou a preservação do sítio histórico de Olinda, em meio ao contexto histórico, econômico e político explanado, destacando-se as Missões UNESCO no Brasil, que, entre outras questões, alteraram a maneira de gerir a conservação dos bens culturais das cidades, contribuindo, por meio das considerações de Michel Parent, para o tombamento do sítio histórico de Olinda, em 1968. Por fim, será apresentado, de maneira breve, o início dos movimentos locais desempenhados pela população da cidade na década de 1970, notadamente o “Olinda pede Socorro”.

3. AS MISSÕES UNESCO NO BRASIL E O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA

Como foi discutido anteriormente, a busca pela formulação de ações de patrimonialização que atrelassem a preservação ao desenvolvimento econômico, levou a

DPHAN a solicitar consultoria da UNESCO, que enviou o inspetor francês Michel Parent. Este inspetor técnico, que fazia parte do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e Inspeção dos Sítios na França, recebeu a tarefa de realizar o diagnóstico da política de preservação cultural e natural do Brasil, e sua vinculação ao turismo e à economia.

A visita de Parent e de sua equipe às cidades brasileiras ocorreu entre os anos de 1966 e 1967, devendo ser elaborado um relatório a respeito dos bens históricos nacionais e a possibilidade de utilização destes para a movimentação da economia, através do fomento do turismo. Essas missões foram realizadas em consonância com a proposta de atuação de Renato Soeiro, que se tornou presidente da Diretoria a partir de 1967, após a gestão de Rodrigo de Melo Franco (1937-1967) marcando esse período de transição entre as presidências. Martins (2019) comenta que Soeiro buscava trazer visibilidade internacional para o órgão.

No relatório, explica-se que a condição excepcional do Brasil para o Turismo Cultural tinha relação direta com sua diversidade cultural, a existência de sítios urbanos preservados e também de sua “aptidão à modernidade”. Esta última característica, segundo Aguiar (2016), poderia ser comprovada pela arquitetura moderna presente em cidades como Brasília, o que viabilizaria a construção de equipamentos turísticos.

Os especialistas da UNESCO também declaram que a indústria turística no Brasil, até então, era pouco organizada, e o país não estava consciente da potência que era esse setor de atividade no âmbito econômico. Assim, o desenvolvimento da atividade turística no país contribuiria para garantir a conservação do patrimônio cultural brasileiro ao “grande público”, e ainda serviria como um mecanismo de impulsionamento da economia do país (Aguiar, 2016).

Ademais, entre 1950 e 1960, observaram-se grandes mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro. Neste cenário, a ideia de desenvolvimento, como discutido na seção anterior, atrelou o nacionalismo aos valores da modernização, marcados por um período de intensa industrialização e urbanização. Essa conjuntura refletiu significativamente na preservação das cidades históricas e centros históricos de grandes cidades e seus entornos.

A UNESCO, nesse viés, se apresentou como um auxílio que a DPHAN precisou recorrer pelo fato de que sua atuação se mostrava inadequada para o modelo de desenvolvimento que a indústria brasileira estava pondo em prática. Essa parceria reformulou e reforçou a atuação do DPHAN, que buscou se adaptar a este novo cenário (Martins, 2019).

As frentes de atuação dessa parceria operavam no sentido de, por um lado, considerar os bens culturais enquanto mercadorias turísticas, e, por outro, buscando-se nestes bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado. Procurou-se mostrar às autoridades a relação vantajosa entre valor cultural e econômico, para além da importância de se preservar

os bens culturais, como foi discutido na seção 2.

Cruz (2009) comenta que o Brasil, neste período, estava atravessando um momento de crise econômica, em que a inflação estava elevada, as reservas internacionais, esgotadas, existia um déficit público, e os débitos externos estavam vencidos. Para solucionar esses problemas, o governo Castelo Branco teve como prioridade promover um saneamento econômico, que influenciou tanto na política interna, como externa. Desta maneira, as medidas adotadas através da parceria entre a DPHAN e a UNESCO visavam atender a esse anseio provocado pela crise de caráter econômico que o Brasil enfrentava.

Contudo, Correa (2015) alerta que, apesar existirem diversos benefícios provenientes da utilização do turismo para o desenvolvimento econômico do país, existiam preocupações quanto aos perigos que esta atividade poderia apresentar ao patrimônio cultural. Michel Parent (1967), inclusive, demonstrou, na escrita do seu relatório, ter ciência dos possíveis danos que o turismo poderia causar, ao se aliar com os “demais fatores de degradação e, tanto material como psicologicamente, contribuir para degradar os bens naturais e culturais e, por conseguinte, negar-se a si próprio.”

Como solução, o perito sugeria que a atividade fosse acompanhada e controlada pelas entidades competentes e que a rentabilidade do turismo não fosse o único critério a ser utilizado como medida do sucesso da atividade:

Ao contrário, importa que o turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas que o modelo técnico da infra-estrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira à maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro (Parent apud Leal, 2008, p.51).

Dessa forma, a visita de Michel Parent acentuou a discussão sobre turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização do patrimônio cultural. Na preparação para sua vinda ao Brasil, em contato com a DPHAN, Parent decidiu realizar o roteiro mais extenso elaborado pela DPHAN “que incluía os estados do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás”, (Leal, 2008, p. 30), em que havia cidades, monumentos e sítios já tombados pela Diretoria.

Na visita a Pernambuco, ao conhecer Olinda, Parent teceu importantes considerações sobre a cidade. Em seu relatório, no texto dedicado especialmente à cidade, o inspetor exaltou as qualidades do lugar, consagrando-a como a Cidade dos Artistas (Parent, 1967).

É válido salientar que este referido título atribuído por Parent se deve ao Movimento da Ribeira, que ocorreu na cidade olindense entre 1964 e 1965. Cunha Barreto (2008) registra que os artistas plásticos que fizeram parte do movimento eram provenientes de experiências artísticas do Recife. Este grupo tinha como objetivo aproximar a arte popular da arte erudita, valorizar o caráter regional em oposição ao universal, e, também, implementar princípios de coletividade, engajamento e participação, o que contribuiu para enriquecer a produção artística desse período na cidade olindense.

A escolha de Olinda para realização desse movimento se deu em função do endurecimento da repressão social em Recife, ocasionada pela ditadura civil-militar brasileira. Conseqüentemente, muitos destes artistas e também intelectuais recifenses resolveram se refugiar em Olinda, não só pelo sossego e tranquilidade do local, mas também por questões políticas. O responsável pela administração municipal era o Prefeito Eufrásio Barbosa, apoiador da esquerda política e um intelectual aproximado do campo das artes e da cultura, detendo boas relações com os que faziam parte desse segmento (Cunha Barreto, 2008).

Cunha Barreto (2008) narra que, possivelmente, este governante, devido a questões políticas, tenha contribuído para a receptividade às expectativas desses artistas e intelectuais, que desejavam dar prosseguimento aos trabalhos que desenvolviam no Recife. Além disso, também existiam atividades artísticas que estavam sendo desenvolvidas no próprio sítio histórico, estimulando mais ainda o interesse dos artistas recifenses, que logo foram acolhidos pelos artistas residentes no local. O Mercado da Ribeira, que inspirou o nome do movimento, foi selecionado como sede para o desenvolvimento destas atividades, onde foram realizadas exposições e aulas de arte.

Constata-se que este movimento foi bastante significativo no contexto olindense, pelo fato de ter despertado uma vitalidade artística e pouco comum no sítio, havendo a evocação de Olinda em quadros, pinturas e gravuras. Além disso, a instalação, nesse momento, de ateliês, bares e restaurantes, transformou a cidade em um polo de visitação e venda de produtos artísticos (Cunha Barreto, 2008).

Voltando-nos para os apontamentos de Michel Parent, ao mesmo tempo que o inspetor fez elogios à cidade, também sinalizou as primeiras problemáticas enfrentadas para que se procedesse à preservação de Olinda, e que, caso não fossem solucionadas, sua subsistência da seria temporária.

Os principais problemas apontados pelo inspetor em relação à cidade, e que deveriam ser prontamente solucionados, eram:

o deslizamento do terreno do mosteiro de São Bento, onde a sacristia corria perigo; intervenções voltadas a preservação das igrejas de São Francisco, de São João, do Amparo, da Misericórdia, de São Pedro, da Conceição, do Bonfim e do Carmo e inclusão no tombamento da igreja e convento de Santa Tereza, por constituírem dos “mais admiráveis museus de arte barroca do mundo”; a reconversão do uso do seminário, desativado até o momento, e que poderia servir para criar uma fundação para artistas; acolher a juventude internacional, ou, ainda, para instalar um hotel; e o desenvolvimento da atividade turística, a partir da exclusão da possibilidade de novas construções de hotéis modernos (Parent, 1967).

A sugestão de Michel Parent (1967) era que deveriam ser utilizados alguns edifícios antigos para o fomento ao turismo, valendo-se como exemplo a restauração e transformação de uma casa antiga no Museu de Arte Moderna da cidade, pela DPHAN. Conjuntamente, deveria haver a associação dos atrativos culturais aos naturais, com uma infraestrutura hoteleira que abrigasse as possibilidades de trânsito entre a cidade antiga e a praia, com edificações ao pé da colina.

Além disso, entre 1950 e 1960, a cidade vivenciou um considerável aumento populacional, estimulado pela urbanização de Recife e pela ocupação das áreas periféricas ao sítio, estando sob a ameaça de sofrer intervenções que alterariam suas configurações, principalmente em função da construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho e da Avenida Pan Nordestina, situados nos arredores da parte histórica. A estrutura arquitetônica e paisagística acabava ficando comprometida, devido à ocupação irregular do solo, muito próximas à estrutura do acervo urbano (Pedrosa, 2011).

Nesse viés, a preocupação com a perda das características iniciais da área histórica era uma constante no relatório de Michel Parent, e reflexo, também, da política das primeiras décadas de atuação do DPHAN. Para o inspetor, a única maneira de minimizar os impactos causados pelo crescimento de Recife à Olinda, era por meio do apoio ao tombamento do conjunto como monumento nacional e a implementação do plano urbanístico na cidade, transformando os terrenos disponíveis em zona *non aedificandi*¹³ (Martins, 2019).

Dessa forma, foi indispensável para o Sítio Histórico de Olinda a colaboração de Michel Parent nos estudos para tombamento a nível federal. Suas sugestões e apontamentos permitiram que fosse feita a discussão sobre a elaboração de um plano urbanístico que contribuísse com a conservação do acervo e que promovesse a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do turismo sustentável, como sugeria a UNESCO (Pedrosa, 2011).

O próximo passo foi dar continuidade às ações referentes ao tombamento do conjunto, com a abertura do processo 674/1962, que tinha como objetivo promover o tombamento do

¹³ Este se tratava do modelo francês de preservação do entorno dos bens, limitando construções aos elementos complementares ao longo das ruas (Martins, 2019).

Sítio Histórico de Olinda, sendo interposto pelo arquiteto Augusto da Silva Telles, membro da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN/RJ (Martins, 2019).

Durante a construção da proposta de tombamento do sítio histórico, foi este arquiteto que sugeriu o traçado do polígono (Anexo 1) que deveria ser incluído no tombamento, em pedido enviado ao arquiteto José Luís da Mota Menezes, diretor do DPHAN/Recife. O processo de construção do traçado final do polígono de tombamento também contou com as considerações dos arquitetos Ayrton Carvalho e Lúcio Costa, a quem Telles sempre solicitava opiniões antes da formulação do processo, conforme aponta Martins (2019)¹⁴.

Na carta nº 370/1966, trocada entre o arquiteto José Luís da Mota Menezes e Telles, e que consta no processo 647/1962, Telles questiona Menezes se seria possível o tombamento arquitetônico de todo o casario do entorno. Este entorno teria apenas uma função paisagística – incluindo o traçado urbano existente e a vegetação – visto que ele se apresentava alterado. Ademais, também constavam as sugestões de Lúcio Costa sobre arruamentos¹⁵ que deveriam ser incluídos no polígono.

A resposta de Menezes, disposta em uma carta enviada a Telles em novembro de 1966, foi positiva em relação às sugestões de Lúcio Costa, desde que com acréscimo de ruas¹⁶, entre outras questões (Martins, 2019)

Em janeiro de 1967, a proposta de tombamento foi concluída por Silva Telles e encaminhada à DPHAN. Dentre as principais justificativas para tal, o arquiteto ressaltou a riqueza histórica da formação colonial da cidade com os arruamentos dos povoados portugueses de origem medieval, as igrejas barrocas, e a bela paisagem que envolvia a cidade de Olinda (Martins, 2019).

Telles destacou como sendo uma de suas principais preocupações a urgência da preservação do sítio histórico em razão do crescimento das construções modernas que ameaçavam a mudança de gabarito¹⁷ da parte histórica. Além disso, também tinha como

¹⁴ A respeito disso, Chuva (2009) expõe que, a partir dos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, observou-se que os arquitetos, a um só tempo, se profissionalizaram, com autonomia em relação a formação em engenharia e em Belas Artes, e dominaram o campo do patrimônio cultural como especialistas. Por isso, a opinião destes profissionais era considerada de grande relevância na preservação do patrimônio, como no caso do referido tombamento. Fonte: CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

¹⁵ A rua São Bento, rua 13 de Maio e rua do Amparo (Martins, 2019).

¹⁶ Partes da rua 27 de Janeiro – casas anexas ao sobrado do pátio de São Pedro, rua Prudente de Moraes, com destaque para as casas em frente ao mesmo sobrado e a rua Bernardo Vieira de Melo (Martins, 2019).

¹⁷ O gabarito, ou gabarito de altura, trata-se de um conceito básico da arquitetura utilizado para denominar a altura de um edifício, medida a partir do nível do piso térreo até a cobertura do último andar "habitável". O gabarito tem como um de seus objetivos controlar a volumetria das edificações e evitar interferências negativas no entorno e paisagem urbana (Bressane, 2020).

objetivo, através do tombamento do sítio histórico, a preservação de elementos visuais dos edifícios e casas históricas, especialmente a manutenção de fachadas, recuperando até mesmo aquelas que já haviam sido alteradas.

Apesar da área poligonal estar constituída de bens tombados de forma isolada, a configuração do tombamento do sítio foi avaliada e aprovada pelos arquitetos Lúcio Costa, Augusto da Silva Telles, José Luís Menezes, Ayrton Carvalho e Paulo Thedin Barreto. Martins (2019) destaca que as considerações destes arquitetos marcaram a conclusão do processo, no qual opinaram igualmente a favor do tombamento da área proposta.

A área deveria ser preservada, segundo estes arquitetos, pelo seu significado excepcional, com destaque para as ruas 13 de maio, Amparo e Bernardo Vieira de Melo, por possuírem características arquitetônicas de valor inestimável. Também deveria haver a recuperação dos prédios adulterados e subordinação das construções novas aos critérios estabelecidos pelo processo e que correspondiam à complexidade da preservação, que se ampliava dos monumentos isolados aos sítios históricos.

A Carta de Veneza (1964), importante documento que registrou o pensamento cultural no campo da salvaguarda patrimonial nos anos 1960, tratou desse assunto ao considerar como patrimônio os sítios históricos que constituíssem um testemunho de reconhecido valor a ser protegido (Cunha Barreto, 2008).

Posteriormente, a proposta de tombamento chegou às mãos do arquiteto Renato Soeiro, presidente do Conselho Executivo do DPHAN. Em janeiro de 1968, Soeiro ofereceu o parecer favorável que recomendava o tombamento do conjunto, exaltando as características originais da cidade, de caráter colonial português (Martins, 2019).

Na ata da 50ª sessão ordinária do Conselho Consultivo da DPHAN, no dia 12 de março de 1968, sob presidência de Renato Soeiro e seus conselheiros, foi concedido o tombamento do casario histórico e a preservação da cobertura vegetal, por unanimidade. Olinda foi oficialmente inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 19 de abril de 1968, com 1.2 km de extensão da área do polígono municipal, que ficou conhecido como Sítio Histórico de Olinda (Martins, 2019).

3.1 A substituição do perfil de moradores e o movimento “Olinda Pede Socorro” na década de 1970

Na década de 1970, novos planos e legislações de proteção foram criados, nas distintas esferas de poder, sendo convergentes ao definir o Sítio Histórico de Olinda como polo

metropolitano de lazer cultural, residencial, centro turístico nacional e internacional e administrativo. Um exemplo disso, foi o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, criado em 1973, na esfera federal. Seu objetivo, como foi comentado anteriormente, era estudar a situação dos sítios históricos degradados do Nordeste, realizando a recuperação destes por meio da criação de infraestrutura turística, a fim de potencializar o desenvolvimento local e salvaguardar os valores patrimoniais (Cunha Barreto, 2008).

As obras promovidas pelo PCH se deram a partir de três condicionantes: a princípio, a preferência seria por locais com reduzida atividade econômica, e que estavam em vias de arruinamento (O IPHAN era responsável por indicar as prioridades). A inclusão desses monumentos num roteiro turístico auxiliaria no aumento da renda do município. A segunda condição, refere-se aos monumentos passíveis de implantação imediata da atividade turística com aplicação de recursos angariados pelo próprio programa. E, por fim, os locais com necessidade de infraestrutura de acesso e hospedagem (Gusmão, 2011).

Olinda foi selecionada, ao lado de Igarassu, Itamaracá (Forte Orange), Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, enquanto um local onde existiam monumentos que permitiriam a implantação imediata da atividade turística (Gusmão, 2011).

Os projetos financiados por esse programa, de acordo com Cunha Barreto (2008) foram, principalmente, pautados na restauração de bens pontuais: a Igreja da Divina Graça, o Palácio dos Bispos, as casas nº 646 e 700 da Av. Sigismundo Gonçalves, a casa nº 160 da Rua de São Bento e o conjunto do Alto da Ribeira. Ademais, através das ações do PCH, foi desenvolvido um estudo técnico sobre os morros de Olinda, em 1975, e promovido um seminário para discutir os problemas dos deslizamentos, em 1976, que já consolidavam ameaças ao acervo construído.

Neste mesmo contexto, também ocorreu um processo de substituição do perfil dos moradores de Olinda. As principais causas deste processo, conforme explica Cunha Barreto (2008), eram, a princípio, referentes às qualidades ambientais e paisagísticas do sítio, que dispunha de uma paisagem bucólica bastante apreciável. Segundamente, o Movimento da Ribeira, nos anos 1960, também exerceu importante influência nesse contexto, devido à chegada de diversos artistas plásticos e intelectuais a Olinda, trazendo visibilidade ao sítio histórico e valorização e percepção deste enquanto um bem cultural, atraindo a atenção de diversos turistas e novos moradores. Ademais, o próprio tombamento do sítio, em 1968, também corroborou para essa substituição, pois trouxe um caráter distinto das demais áreas da cidade.

A junção destes elementos atraiu uma camada de letrados, pertencentes a uma elite de classe média alta, que era distinta do perfil nativo existente na região, cuja maioria se encontrava

em uma situação desfavorável econômica e socialmente, com nível de escolaridade reduzido. A venda de moradias, dos nativos para os novos residentes, acontecia quase que sem resistência. Cunha Barreto (2008) relata que a facilidade de aquisição desses imóveis por pessoas externas ao sítio por um valor baixo, pode ser explicada pelo fato de os moradores nativos deterem baixo nível de escolaridade e rendimento, além de serem desinformados quanto aos preços das casas naquele momento.

Esta substituição do perfil de moradores gerou um processo de gentrificação, que ocorre quando um determinado bairro de uma cidade, em geral, composto de residentes mais humildes, adquire um perfil populacional mais rico, com pessoas de maior renda financeira¹⁸.

Apesar desta problemática, Cunha Barreto (2008) assinala que foram esses moradores recentes que, por disporem de recursos financeiros, promoveram ações de conservação, reparos e reformas nos imóveis adquiridos, ocorrendo uma valorização imobiliária do casario antigo. Além disso, esse novo perfil valorizava as questões ambientais e preservacionistas, sendo sua atuação essencial para que ocorressem as primeiras mobilizações populares, reivindicando-se a atuação dos moradores locais no processo de preservação.

Uma das mobilizações que mais se destacou no contexto local e nacional da preservação patrimonial, na década de 1970, foi o movimento “Olinda pede Socorro”. Além dos residentes locais, estiveram presentes arquitetos, intelectuais, artistas plásticos – que, inclusive, participaram do Movimento da Ribeira –, e o design e diretor-geral do IPHAN, Aloísio Magalhães, fortalecendo o movimento e trazendo visibilidade ao mesmo.

Cunha Barreto (2008) detalha que a presença de especialistas inseridos no campo da preservação do patrimônio, bem como outras profissões afins aos campos patrimonial e ambiental, foram cruciais para identificar os problemas mais urgentes que ameaçavam a preservação do sítio histórico, e que, até então, não eram tão claros para os moradores nativos e também não foram mencionados por Michel Parent em seu relatório.

A divulgação do movimento, de acordo com Cunha Barreto (2008), foi realizada, principalmente, através da distribuição de panfletos, convocando todos os moradores para uma reunião, para que fosse discutido o panorama do sítio histórico daquele momento.

Dentre as principais problemáticas destacadas pelos organizadores do movimento, estava a sobrecarga de veículos nas colinas históricas, principalmente os mais pesados (como

¹⁸ Além disso, esse processo de substituição também gerou um clima de conflitos entre a população nativa e a de recém-chegados, pois os primeiros diziam que estavam sendo expulsos de seu habitat natural. Políticos que também não apoiavam essa substituição alertaram que as consequências deste processo se refletiam na ameaça à permanência do modo de vida local. Contudo, apesar destas questões, não se pode negligenciar a importância que estes novos residentes tiveram no desencadeamento de mobilizações locais na cidade (Cunha Barreto, 2008).

ônibus e caminhões), que agravam consideravelmente o comportamento dos solos, com riscos de deslizamentos e, conseqüentemente, fissuras nos monumentos e no casario.

Cunha Barreto (2008) discorre que o funcionamento de três faculdades no perímetro tombado – a Faculdade de Ciências Humanas, no Alto da Sé, a Faculdade de Direito, na Rua de São Bento, e a de Administração, na Praça do Carmo – provocavam grandes fluxos de veículos nas ruas estreitas, principalmente durante a noite, no horário de repouso dos moradores, sendo isto também apontado como agravante para o deslizamento dos morros. A presença de visitantes e turistas no local, estimulada pela atividade econômica e cultural crescente, também contribuiu para o aumento do fluxo de veículos, ao mesmo tempo que interferia na tranquilidade¹⁹ até então existente no sítio histórico.

As matérias de jornais de circulação local também expunham essa situação, acompanhadas de fotografias (anexos 2 e 3) do sítio histórico que associavam o aspecto de degradação ao intenso tráfego:

Monumentos históricos de Olinda estão ameaçados de desabamento em face do constante tráfego de veículos pesados nas suas imediações (“Olinda defende templos”, Diário de Pernambuco, 09/09/1977).

A reunião da campanha “Olinda pede socorro” ocorreu em 18/05/1979²⁰, no Mercado da Ribeira, local onde, anos antes, também aconteceu o Movimento da Ribeira, remetendo às características artísticas e culturais que davam identidade à parcela mais atuante dos ativistas. O evento resultou na elaboração de um abaixo-assinado pelas lideranças, sendo este documento uma maneira de pressionar as autoridades (Cunha Barreto, 2008).

No abaixo-assinado, descreveram o sítio histórico como “Olinda Antiga”, em oposição a uma “Olinda Nova”, que representava a porção expandida da cidade. Devido a esta qualificação da “Olinda Antiga”, definiram o local como um sítio histórico a ser preservado. Em seu conteúdo, destacaram os problemas resultantes do intenso tráfego de veículos: rachaduras nas construções históricas e particulares, ruído excessivo, engarrafamentos constantes, rompimentos de redes subterrâneas de esgoto e água, destruição de calçamentos de vias públicas e calçadas, dificuldades de estacionamento por parte dos moradores e invasão das

¹⁹ Essa tranquilidade, além de ser expressa pela paisagem e vegetação de Olinda, também residia no seu caráter de cidade-dormitório, pelo motivo de que boa parte de seus habitantes exercia atividades profissionais e de lazer no Recife, pelas maiores ofertas de trabalho deste centro metropolitano, lá despendendo seus recursos, ficando Olinda apenas como local de descanso. Ademais, essa condição também era agravada pelo relativo distanciamento do Recife, dada a precária rede de acessibilidade a Olinda, o que impedia uma maior visitação e procura do sítio como local de moradia pelos recifenses, acentuando, até então, sua condição de isolamento (Martins, 2019).

²⁰ “Olindenses pedem socorro”. Diário de Pernambuco, 19/05/1979.

áreas de lazer (Cunha Barreto, 2008).

No documento, também fizeram exigências relacionadas ao disciplinamento do tráfego e a participação dos moradores nas decisões dos projetos, sendo endereçadas à Prefeitura Municipal, ao Governo Estadual e aos órgãos federais ligados à preservação de cidades históricas, notadamente o IPHAN.

Essas exigências e a maneira como os novos moradores se apropriaram do sítio histórico, demonstram um tratamento diferenciado para com o mesmo, a partir do estabelecimento de laços afetivos de pertencimento e solidariedade com o local, visando a sua proteção e preservação. Destacou-se, nesse sentido, a preocupação em restringir o tráfego que vinha de fora para dentro do sítio, especialmente os de visitantes e usuários, e os de veículos pesados, como ônibus e caminhões. Além disso, reivindicaram o controle urbano quanto aos usos não compatíveis com a estrutura física do sítio, especialmente os que demandavam maiores fluxos de veículos. Por fim, as exigências referentes à inserção dos moradores nas discussões do planejamento local, visando a inclusão de suas expectativas nos projetos, motivavam-se pelo fato de que, até então, a participação não era institucionalizada e os projetos pouco refletiam suas demandas (Cunha Barreto, 2008).

Cunha Barreto (2008) revela que o abaixo-assinado somou o total de 93 assinaturas e foi encaminhado às autoridades mencionadas. Mesmo que esta quantidade representasse um conjunto relativamente reduzido de moradores do sítio histórico, já demonstrava o entusiasmo e interesse para a reversão do quadro de risco apontado.

Não obstante, a falta de comprometimento dos órgãos de preservação do sítio histórico, como o IPHAN, a Divisão de Engenharia do Departamento de Trânsito – DETRAN e a Prefeitura do Recife, acabou inviabilizando a efetivação dos objetivos da campanha. Informaram que nada poderiam fazer a respeito das propostas. Sendo assim, o movimento também se tratou de uma resposta de indignação à situação de descaso e maus tratos quanto à salvaguarda do sítio histórico.

Os esforços nas discussões das interferências do tráfego no sítio histórico e as iniciativas em reverter a situação ainda pareceram insuficientes aos moradores, visto que deram continuidade às reivindicações, através de pichações nos muros e fachadas do casario do sítio histórico, sendo esta uma nova forma de comunicar o protesto aos moradores (Cunha Barreto, 2008). As pichações eram referentes às reformas clandestinas no casario (anexo 4), que estavam em desacordo com a legislação de proteção, clamando-se pela fiscalização dos órgãos competentes, e também relacionadas ao repúdio ao tráfego no sítio (anexo 5).

A realização deste e outros movimentos populares contribuíram para que os técnicos da

municipalidade se esforçassem para providenciar um plano de circulação para o sítio histórico, juntamente com o DETRAN e os moradores. Em fins de junho de 1979, foi registrada uma primeira reunião desses grupos para discutir o Plano de Circulação de Veículos. Contudo, Cunha Barreto (2008) explica que não foram encontradas fontes documentais que fornecessem mais detalhes sobre essa reunião, impedindo um maior aprofundamento quanto à inserção das exigências dos moradores no projeto. O que se sabe é que, nesse momento, o DETRAN implantou um plano de sinalização do tráfego no sítio histórico, no entanto, pouco respeitado pelos motoristas que não exerciam essa prática em seu cotidiano. Apesar disso, a ocorrência desta reunião demonstra que as exigências, por parte dos moradores, em discutir soluções para os problemas do sítio, em conjunto com os técnicos locais, foram atendidas (Cunha Barreto, 2008).

Cunha Barreto (2008) observa que este movimento também estimulou outras manifestações na cidade, estando em consonância com a passagem do regime ditatorial ao período de democratização. Através desta campanha, podemos observar o crescimento da participação popular nos debates envolvendo o patrimônio cultural do país, tendência esta que só tendeu a crescer, consolidando-se com a aprovação da Constituição de 1988. A nova carta constitucional consagrou, de maneira significativa, uma abordagem democrática que priorizava, entre outras questões, a de cunho cultural, ampliando-se a noção de patrimônio e compreendendo-o enquanto um signo de referência cultural de grupos sociais concretos, reconhecendo a existência de sujeitos para os quais as referências faziam sentido e importavam, como os povos indígenas e quilombolas (Arantes, 2010).

De acordo com Tolentino (2019), esta ampliação da noção de patrimônio passou a ser assumida pela educação patrimonial em seu trabalho com as comunidades, que são consideradas, pelo autor, como grupos historicamente marginalizados ou que não fazem parte dos grupos hegemônicos e economicamente influentes dentro de um determinado território.

Seguindo essa ideia, iremos compreender, na próxima seção, como a Educação Patrimonial pode funcionar enquanto mecanismo de potencialização do reconhecimento da importância de se preservar o patrimônio cultural, desde que as ações preservacionistas desempenhadas nesse processo ocorram através de uma relação dialógica entre os especialistas e técnicos do campo patrimonial e a comunidade local, assim como se pretendeu no movimento “Olinda pede socorro”, e, a partir disso, também priorize do respeito à multiplicidade de realidades, a nível regional, nacional e mundial. Nesse sentido, serão traçados caminhos, com base na literatura acadêmica sobre o tema, com a finalidade de buscar orientar as propostas de Educação Patrimonial a serem realizadas na atualidade, em conjunto com as comunidades

locais, baseando-se em uma proposta de conservação integrada, e, para além disso, associadas ao ensino de história, no intuito de capacitar educadores e professores para trabalharem seus conteúdos em sala de aula, por meio de práticas educativas associadas à Educação Patrimonial.

4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ENQUANTO FERRAMENTA DE POTENCIALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Desde a sua criação, o IPHAN manifestou em documentos e publicações a importância da Educação Patrimonial²¹. Já na década de 1930, no anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional mencionado anteriormente, Mário de Andrade apontava para a importância do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas.

Anos depois, na década de 1960, Rodrigo Melo Franco de Andrade, então dirigente do Instituto, destacou, em alguns artigos e discursos, a importância da educação. “Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular [...]” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64 apud OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, somente na década de 1970 é que a questão foi abordada de forma mais insistente, coerentemente com a orientação de Aloísio Magalhães, à frente da Fundação Nacional Pró-Memória²², na época em que essa instituição atuou:

[...] na elaboração de um discurso, amplamente difundido, em que a comunidade era incluída não apenas como objeto ou população-alvo, mas também como sujeito chamado a participar junto com os agentes institucionais. O lema desse discurso era “a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio” (Fonseca, 1997. p. 185 apud Oliveira, 2011).

Na década de 1980, o conceito pôde finalmente se consolidar, através da realização do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, promovido pelo Museu Imperial, a partir do qual se introduziu a expressão Educação Patrimonial no Brasil, inspirada numa metodologia britânica de *heritage education* – baseada na utilização de museus e de monumentos históricos com fins educacionais. Contudo, Tolentino (2019) explica que a associação entre educação e patrimônio está presente nos museus desde longa data, mesmo que

²¹ Um levantamento de referências à Educação Patrimonial ao longo da trajetória do Iphan foi feito por Oliveira (2011).

²² A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada em 1979 por Aloísio Magalhães, a partir do Centro Nacional de Referências Culturais, tendo absorvido o antigo Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, com essa nomenclatura, até 1990 centralizou a política federal de patrimônio cultural.

a expressão ainda não fosse utilizada, herança das práticas museológicas do século XIX e do serviço educativo do Museu Nacional, instituído formalmente em 1926.

Como foi discutido, é a partir da ampliação da noção de patrimônio, por meio dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, ancorado no conceito antropológico de cultura, que o Estado brasileiro passou a considerar não só os bens de natureza material (edifícios e construções), mas, também, imaterial, constituídos pelo conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e produtos dos diferentes grupos e segmentos sociais formadores da sociedade brasileira²³.

De acordo com Tolentino (2019) o campo da Educação Patrimonial acompanhou esse novo contexto sociopolítico e cultural, por meio do trabalho realizado com as comunidades, entendidas, pelo autor, como grupos que foram historicamente marginalizados ou que não fazem parte dos grupos hegemônicos e economicamente influentes dentro de um determinado território. Suas histórias e experiências não foram, por um longo tempo, consideradas, e, tão pouco, estão espelhadas na representação dos patrimônios culturais da nação – e, muito menos, na maioria dos patrimônios tombados a nível estadual ou municipal.

Atualmente, esta área passa a abranger a compreensão dos espaços territoriais enquanto um documento vivo, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias e metodologias educativas, diferentemente do que preconizava o Guia Básico de Educação Patrimonial, lançado, na época, com incentivo do IPHAN (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999)²⁴. Esse documento foi responsável por difundir uma certa concepção e diretrizes de ação operadas pela Educação Patrimonial que, atualmente, não são mais bem aceitas pelos profissionais da área, baseando-se em um formato educacional instrutivista e de conscientização “do outro”.

Nesta narrativa, não são levados em consideração os saberes locais e as relações estabelecidas, ao longo do tempo, entre os moradores do lugar e os patrimônios. Valoriza-se, unicamente, os conhecimentos técnicos-científicos sobre os bens, ignorando os significados e sentidos sociais atribuídos pelos moradores ao patrimônio, bem como é menosprezada a possibilidade de diálogo e de aprender com o outro (Scifoni, 2015).

²³ Graças aos avanços vivenciados pelo campo, é instituído, através do Decreto nº 3.551/2000, o registro do patrimônio cultural de natureza imaterial. Este registro, enquanto instrumento de acautelamento e preservação de bens culturais, ao lado do tombamento, passou a dar visibilidade e um outro olhar, nas políticas preservacionistas em nível federal, a bens culturais de determinados grupos formadores da sociedade brasileira historicamente não beneficiados ou contemplados nas políticas públicas voltadas para o campo do patrimônio cultural (Tolentino, 2019).

²⁴ HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

Contudo, através dessas críticas, não se ignora o fato de que o documento, ainda hoje, trata-se de um importante referencial para elaboração das propostas de Educação Patrimonial, que devem ser concebidas por meio de uma perspectiva crítica e reflexiva.

Na recente publicação do IPHAN, intitulada “Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos” (Florêncio et al, 2014) podemos compreender o atual posicionamento do Instituto sobre o que ele entende a respeito da Educação Patrimonial. Informa-se que este campo, atualmente, constitui-se de processos educativos formais e informais, tendo como foco o Patrimônio Cultural, que deve ser apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais²⁵ em todas as suas manifestações, com o propósito de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação, levando sempre em conta o jogo político das memórias e identidades dos atores envolvidos.

Além disso, o texto reforça que os processos educativos devem ocorrer de maneira democrática e coletiva, promovendo-se o diálogo entre os agentes culturais e sociais em conjunto com a participação ativa das comunidades, detentoras e produtoras de referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio et al, 2014).

Nesse viés, observa-se que Educação Patrimonial possui um papel decisivo no processo de valorização e preservação do patrimônio cultural, colocando-se para muito além da divulgação do patrimônio. Não bastam, nesse processo, a promoção e difusão de conhecimentos acumulados no campo técnico da preservação do patrimônio cultural. Trata-se, essencialmente, da possibilidade de construções de relações efetivas com as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural (Florêncio, 2015).

No Brasil, existe a problemática de que, nem sempre a população se identifica ou se vê no conjunto do que é chamado de patrimônio cultural nacional, devido à ótica eurocêntrica e colonialista que marcou as primeiras ações preservacionistas do IPHAN, como pudemos observar, cuja a maioria dos bens preservados e tombados representavam o interesse das elites, prezando-se por vestígios oriundos do contexto colonial português e católico. Um exemplo mais radical dessa não identificação com os bens culturais brasileiros no tempo presente, foi a depredação do Monumento às Bandeiras, na capital paulista, em 2013. O monumento foi

²⁵ Cecília Londres Fonseca define esse conceito da seguinte forma: “A expressão referência cultural tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais (Fonseca, 2001, p. 112-113).

atacado por indígenas durante um protesto, que o cobriram de tinta e o marcaram com a frase “bandeirantes assassinos”²⁶.

Ao observar esse caso, somos conduzidos à reflexão sobre o quão é necessário levar em conta a recepção de um bem cultural. Essa postura implica pensar nos seus graus de ressonância, que variam dos níveis local a regional, e, impulsionados por estes, do nacional ao mundial, sempre com diferentes sentidos para diferentes grupos, variando até mesmo no interior de cada um desses níveis. A ressonância de um bem é sua capacidade de evocar certos sentidos culturais, e isso atinge os que vivem na comunidade onde o bem foi gerado e, com mais ou menos força, aqueles sujeitos que estão visitando determinados locais, enquanto turistas e visitantes por exemplo, com a finalidade de conhecer sobre a história da região e seu Patrimônio Cultural (Meneses, 2012).

Não se trata, nesse sentido, como narra Siqueira (2019), de atribuir mais ou menos legitimidade, ou de mais ou menos positividade a uma determinada maneira de se relacionar com um bem cultural, mas de dimensionar os diferentes significados que ele pode adquirir, e até onde e para quem ecoam seus múltiplos sentidos, levando em consideração que o sentido primário, aquele do usuário direto, é o mais relevante para o entendimento do bem patrimonializado, pois, como tão bem declara Meneses (2012):

“É preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A [...] referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais” (Meneses, 2012, p. 30).

As comunidades, enquanto produtoras de referências culturais, devem ser entendidas como protagonistas nesse processo de preservação e seleção do que é considerado patrimônio cultural, sendo de sua responsabilidade o poder de instituir a valorização cultural (Olender, 2017).

Nesse viés, cabe ao poder público apenas o papel declaratório no reconhecimento dos valores gerados pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. São esses grupos, de acordo com Meneses (Iphan, 2008, p. 40) que devem apropriar-se “culturalmente de certos bens, mobilizando-os como portadores de um potencial capaz de alimentar a memória social²⁷, a ação e a identidade”.

²⁶ PINHO, Márcio. Na rota de protesto, Monumento às Bandeiras vira alvo de pichação. **G1**, São Paulo, 03/10/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/na-rota-dos-protestos-monumento-bandeiras-vira-alvo-de-pichacoes.html>.

²⁷ Meneses (Iphan, 2008, p. 40-41) explica que: “A memória social (que não se confunde com a História, processo cognitivo), não é uma simples rememoração coletiva de fatos passados, mas uma seleção das representações de fatos passados, compartilhados de maneira a estabelecer vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade”. Essa

O valor afetivo, como sugere Olender (2017), deve ser considerado como um fator de relevância no processo de identificação, valorização e preservação de bens culturais, enquanto fundamental promotor e indicador da importância de um bem na memória de um grupo social.

Assim sendo, faz-se necessário traçar caminhos que articulem a preservação do Patrimônio Cultural através da parceria entre técnicos e agentes culturais em conjunto com a participação ativa da comunidade local, visando uma proposta de conservação integrada, como sugere a Declaração de Amsterdã²⁸.

Dessa maneira, tem-se como intuito apontar sugestões de caráter mais geral que podem auxiliar na efetivação desse objetivo, se inseridas em projetos de educação patrimonial. Estes projetos devem estar comprometidos em desenvolver o senso de alteridade nos sujeitos envolvidos nesse processo, que não se resume ao nível local, mas que é estimulado por ele, estendendo-se para os níveis nacional e mundial.

A princípio, é de suma importância, segundo Scifoni (2015), que a Educação Patrimonial seja verdadeiramente reconhecida enquanto um componente essencial de todo o processo de identificação do patrimônio, e não apenas enquanto um apêndice deste trabalho, como vem acontecendo atualmente no Brasil²⁹. A Educação Patrimonial, nesse sentido, deve atuar enquanto uma atividade integrada às pesquisas de tombamento e/ou de inventário do patrimônio imaterial, fomentando, desde muito cedo, uma relação próxima e dialógica com as comunidades do lugar em que se vai atuar.

Nesse ínterim, a preservação dos bens culturais deve ser compreendida como prática social, inserida nos contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas. Ela não tem que se utilizar de práticas que enaltecem coisas e objetos – por vezes, fetichizados – sem submetê-los a um universo de ressignificação dos bens culturais. Deve-se, portanto, associar o valor

fala, apresentada por Ulpiano Bezerra Meneses, foi retirada do relatório referente ao tombamento da casa de Chico Mendes e de seu acervo, em que Meneses atuou como conselheiro, na 56ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, ocorrida em 15 de maio de 2008.

²⁸ A Declaração de Amsterdã trata-se de uma carta patrimonial, elaborada em 1975, após o Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, organizado pelo Conselho da Europa. Segundo Funari e Pelegrini (2006), essa Declaração introduziu orientações para viabilizar a implantação de políticas de conservação integrada, inaugurando uma abordagem pautada pela noção de integração do patrimônio à vida social e conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar os recursos financeiros angariados para esses fins. O documento também recomendava, de acordo com os pesquisadores, que houvesse o envolvimento da população nos processos de preservação, “de modo a garantir maior observância dos valores ligados à identidade microlocal e a evitar a evasão dos habitantes em virtude de especulação”, evidenciando a importância do processo de democratização do patrimônio.

²⁹ Scifoni (2015) discute que é muito comum ouvir, em diversos discursos de profissionais envolvidos nas atividades relacionadas ao IPHAN, que a rotina do trabalho de fiscalização e proteção é tão intensa que não sobra tempo para a Educação Patrimonial, verificando-se o papel secundário e de menor importância conferido às ações educativas dentro do processo geral de proteção. Quando estas são desenvolvidas, isso ocorre, quase que frequentemente, em consonância com a necessidade de enfrentamento de algum conflito entre a ação de tombamento e as necessidades e expectativas dos moradores destes patrimônios.

histórico do bem cultural ao seu lugar atual, em sua comunidade de inserção, ou seja, ao lugar social onde o bem está localizado (Brandão, 1996). E, ao mesmo tempo, o valor afetivo deste bem precisa ser considerado, conforme as demandas da população local, sendo este, de acordo com Olender (2017), como o principal indicador social da relevância histórico-cultural de um bem para a sua comunidade.

Além disso, a Educação Patrimonial deve contribuir para criação de canais de interlocução entre a comunidade e os setores públicos responsáveis pela política de patrimônio cultural, através de mecanismos de escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais. Seguindo estes princípios, será possível a identificação e fortalecimento dos vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode contribuir para potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural (Florêncio, 2015; Olender, 2017).

Essas práticas educativas, como sugere Scifoni (2015), devem considerar as referências culturais como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, proposta essa indispensável ao processo educativo, reforçando-se o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Conjuntamente, deve ser estimulado o envolvimento das instituições educacionais, formais e informais, nas propostas de Educação Patrimonial.

Através, por exemplo, de cursos de Educação Patrimonial, oficinas e restauro, que devem ser ofertados pelas instituições educacionais e incentivados pelas esferas de poder, notadamente a municipal, as comunidades podem apreender como funcionam os mecanismos de informação, inventário, registro e catalogação dos bens culturais, visto que se constituem como um passo importante para a preservação. Através desse processo de aprendizagem, a comunidade pode compreender as particularidades que envolvem o processo de preservação e salvaguarda de bens culturais, incluindo o jogo de forças existentes no seu processo seletivo e até mesmo de sua apropriação, em que estão imbricados os conflitos e as divergências na permanente luta entre a memória e o esquecimento.

Conseqüentemente, a população local, através do entendimento destas questões, pode articular-se para participar dos debates envolvendo a seleção do que deve – ou não – ser preservado, considerando-se, assim, as suas demandas (Scifoni, 2015). Essa proposta pode atuar como um verdadeiro mecanismo de combate à inviabilização de vestígios de diversas culturas que, inicialmente, não eram consideradas no processo de seleção de bens culturais que deveriam ser patrimonializados, como vimos.

Para que essas e outras ações educativas de preservação e valorização do patrimônio cultural tenha sucesso, deve existir o estabelecimento de vínculos entre políticas públicas de patrimônio e as de cultura, Turismo Cultural, meio ambiente, educação, saúde e desenvolvimento urbano, somados a outras áreas que favoreçam o intercâmbio de ferramentas educativas que permitam enriquecer o processo pedagógico. A otimização de recursos, nesse sentido, faz-se indispensável para que sejam promovidas políticas públicas e práticas de abordagens amplas, que possam abarcar as múltiplas realidades existentes nas diferentes localidades (Florêncio, 2015).

Um exemplo de uma destas ações de cunho educativo, que incentiva o Turismo Cultural como uma maneira de movimentar a economia na cidade, é o curso de formação de guias turísticos existente em Olinda. Esse projeto nasceu na década de 1980, fruto de uma iniciativa do Padre Marcelo Carvalheiro, que reuniu um grupo de 31 garotos, entre 8 e 10 anos de idade, no alto da Sé, e os ensinou a história da cidade. Como uma maneira de contribuir na renda familiar, os meninos utilizavam esses aprendizados para atuarem como guias-mirim de turismo, sendo preparados para acompanhar os turistas, contando a história antiga de Olinda (Nascimento, 2008)³⁰.

Atualmente, a prefeitura de Olinda tem um Centro de Treinamento de Guias, inspirado nesse projeto inicial, que funciona na sede da Biblioteca do Município, onde são oferecidos cursos de línguas, fardamento e crachá (Nascimento, 2008). Podemos observar que esta oportunidade, ofertada pela prefeitura da cidade, busca, para além de estimular o turismo no sítio histórico de Olinda, gerar empregos por meio da formação de jovens como guias turísticos, incentivando, ao mesmo tempo, a participação da comunidade local nesse processo. Ademais, a aproximação dos habitantes com o seu patrimônio local e, por extensão, com a cidade onde vivem, auxilia na construção e fortalecimento de sua identidade³¹ e na formação de laços de pertencimento e afetividade com o local.

Ademais, pensar em educação para o patrimônio cultural requer, também, pensar em qual perspectiva de educação devem se pautar as ações. A educação, nesse sentido, deve ser concebida como um processo (Florêncio, 2015; Tolentino, 2016). Partindo desse viés, essa

³⁰ NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos. **Olinda: Uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Bahia, 2008.

³¹ Esse conceito é aqui entendido conforme a concepção de Tolentino (2013), que afirma que a identidade se refere ao sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia ou sistema de valores. A identidade cultural é construída por meio do conflito da visão de mundo do “outro” como diferente da visão do mundo do “eu”, ou seja, das diferentes identidades. Acrescenta-se, ainda, que as identidades expressam uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica, etc.) no jogo político do cotidiano.

proposta educativa exige uma reflexão constante e ação transformadora dos sujeitos no mundo, e não uma educação somente reprodutora de informações, que identifique os educandos como consumidores de informações, como sugere o Guia Básico.

Portanto, as ações e práticas educativas desse campo devem ocorrer através de uma nova pedagogia, que não se atrele a manuais, guias e cartilhas que buscam orientar uma maneira de fazer, mas que tenha como premissa uma perspectiva crítica do passado e da memória oficial (Scifoni, 2015).

Tendo em vista essa discussão, as práticas e ações educativas propostas pela Educação Patrimonial também são importantes ferramentas que devem ser utilizadas em conjunto com o ensino de história, tanto na Educação Básica, sendo implementadas na sala de aula, por meio de dinâmicas e atividades propostas ao alunado, e na Pós-graduação, capacitando professores e pesquisadores que buscam se especializar nesta área de estudo, incorporando o patrimônio na sua área de atuação.

Para a integração dessa proposta no ensino de história, é preciso entender, como aponta Siqueira (2019), que a Educação Patrimonial não se define pelo uso de bens patrimonializados no processo educativo. Registra-se que há muito tempo os professores do Ensino Fundamental e Médio trabalham com bens culturais que se transformaram em patrimônio nacional, estadual ou municipal. Conseqüentemente, o uso de bens patrimonializados qualifica o conhecimento que se produz na escola. E, no caso das aulas de História, há uma grande área de coincidência pelo fato de que os bens patrimonializados costumam ser vestígios do passado que, por sua vez, aprimoram o tratamento dado aos conteúdos pelo professor.

Contudo, as atividades que se propõem a trabalhar com o patrimônio fora da sala de aula, denominadas “atividade extraclasse”, “visita”, “estudo do meio”, somente podem ser entendidas como Educação Patrimonial se incluírem conteúdos e questões próprios do campo do Patrimônio Cultural, como “quem e quando foi decidido que este bem cultural merecia ser preservado?”; “quais os agentes que atuaram nesta patrimonialização?”; “sob quais argumentos esta manifestação cultural foi protegida?”; “quem é responsável por conservá-la hoje?”; “atualmente, como se faz para proteger um bem cultural?”, somados a reflexões e questões que norteiam as atividades de preservação propriamente ditas, independentemente do período e dos temas abordados pela disciplina escolar. Em conjunto com estes questionamentos, também é importante trabalhar no sentido de fazer com que o entendimento sobre a proteção de certa memória colabore para qualificar a aprendizagem do conteúdo escolar em questão (Siqueira, 2019).

Dessa forma, a utilização de metodologias que envolvam a Educação Patrimonial no

estudo de conteúdos do passado auxiliam no intuito de fornecer repertório para formas de proteção existentes, atrelando a este propósito a capacitação de cidadãos – nesse caso, estudantes – para discernir sobre quais grupos tiveram sua memória protegida, entender como isso foi possível, e para debater e decidir acerca da preservação dos bens oriundos do passado, de modo a ampliar e qualificar sua participação na realidade social. Nesse sentido, é primordial a ideia de que o passado dos outros também pode ter significado e pode impactar a vida de quem estuda o que está distante no tempo e no espaço. Siqueira (2019) informa que é fato que não são os conteúdos selecionados que determinam o sucesso da aprendizagem: trata-se muito mais da maneira como são trabalhados e das questões que se colocam para o estudo de um tema ou de um período histórico.

A discussão sobre as diferenças, para além das existentes no espaço onde residem os estudantes, também merece destaque nessa discussão a ser feita coletivamente com os alunos, pois, nem sempre, o conteúdo mais próximo da realidade deles garante que os resultados da aprendizagem sejam melhores ou mais significativos. Certas histórias distantes da realidade cultural podem interessar mais, proporcionando a elaboração de relações a partir de vestígios do passado de outros grupos (Siqueira, 2019).

Por isso, é importante que o aluno entre em contato com outras culturas, a nível regional, nacional e mundial, elencando-se a diversidade cultural e a tolerância como metas a serem atingidas e valorizando-se a opinião dos discentes neste debate, em que o professor e a professora de História devem atuar como mediadores. Os alunos, neste sentido, devem ser provocados acerca destas questões, estimulando-se seu espírito crítico, para que ele desenvolva suas próprias opiniões sobre este e outros assuntos, através de uma participação ativa, aprendendo a se relacionar com outros e consigo mesmo.

Estas são algumas das inúmeras possibilidades de se trabalhar com a Educação Patrimonial, confirmando a proposição de que a mesma é um processo constituído de diversas metodologias que devem se adequar ao público, ao ambiente e ao contexto em que as mesmas são desenvolvidas. A partir deste trabalho, a Educação Patrimonial pode atuar como uma importante ferramenta na afirmação e construção de identidades e para que os sujeitos se assumam como seres sociais e históricos, pensantes, comunicantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos (Freire, 2011).

Estes sonhos são produzidos em estados de criação e liberdade, facilitados pela mediação social, que deve criar condições para que estas mentes sonhadoras possam florescer e produzir frutos (Florêncio, 2015).

Essa convicção, na condição socioambiental em que vivemos, de acordo com Florêncio

(2015), exige que seja feito um enfrentamento a um modelo hegemônico que se mostra homogeneizador. Não se trata, portanto, de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico, caindo em um “localismo esterilizante” (Brandão, 1996), onde todos os processos de aprendizagem se realizam em seus limites e com seus exemplos.

Trata-se, contrariamente a esta ótica, de partir das referências culturais locais utilizando-as como arcabouço de símbolos, valores e significados por meio dos quais as ligações necessárias para a compreensão da vida, da cultura, da sociedade e do ser humano venham a ser estabelecidas, firmando laços afetivos de pertencimento e construindo-se uma identidade, mas, em meio a um processo em que cada sujeito parte de seu mundo e de suas referências para compreender e refletir sobre outras realidades e alteridades.

5. CONCLUSÃO

Como foi discutido ao longo do presente trabalho, o patrimônio, por ser resultado de uma construção social, precisa ser entendido e analisado no contexto em que o mesmo foi produzido, para que compreendamos os objetivos para qual este foi pensado, quem foram os seus idealizadores e a memória de qual grupo se pretendeu salvaguardar. Nesse sentido, observamos, a priori, como se iniciaram as primeiras políticas preservacionistas no Brasil, marcadas por um caráter colonialista e eurocêntrico, com enfoque para a década de 1960, quando é implementado o Turismo Cultural no Brasil. A necessidade de compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento vigente no Brasil, e a de amenizar a crise econômica que assolava o país, levou a DPHAN a buscar um novo direcionamento. Para este propósito, a Diretoria estabelece uma parceria com a UNESCO, responsável, neste momento, por centralizar os debates internacionais envolvendo as políticas culturais. A solução sugerida pela entidade internacional foi a adoção do Turismo Cultural como um fator que impulsionaria o desenvolvimento econômico do país, devido ao êxito deste fenômeno quando utilizado em países europeus. A partir deste momento, foram elaboradas novas maneiras de utilizar e gerir o patrimônio: os bens culturais brasileiros deveriam ser valorizados e preservados, antes de mais nada, porque eram atrações turísticas.

A referida parceria entre a UNESCO e a DPHAN resultou nas Missões UNESCO no Brasil, que trouxe o inspetor francês Michel Parent e sua equipe com o objetivo de realizar um diagnóstico da política de preservação cultural e natural do Brasil, e sua vinculação ao turismo e à economia. Parent, nesse sentido, através de suas considerações e sugestões para implementação da indústria turística no país, enriqueceu a discussão sobre Turismo Cultural,

desenvolvimento econômico, preservação e valorização do Patrimônio Cultural. Seus comentários sobre Olinda foram essenciais para que, em 1968, a cidade fosse tombada pela Diretoria, enquanto um reconhecimento da riqueza artística – relacionada, principalmente, ao Movimento da Ribeira – e histórica da formação colonial da cidade, composta de arruamentos dos povoados portugueses de origem medieval e igrejas barrocas, acompanhadas de uma vegetação tropical e vista para o oceano que embelezavam a cidade. É válido destacar que essas justificativas estavam de acordo com as políticas preservacionistas dos primeiros anos de funcionamento do DPHAN, que valorizavam os bens de pedra e cal provenientes, principalmente, da cultura portuguesa, deixando de lado os bens culturais pertencentes a outras culturas e grupos sociais.

Os anos de 1970 e, notadamente, os de 1980, vieram para transformar esse cenário político e cultural brasileiro, havendo o enfraquecimento e fim da ditadura civil-militar brasileira e a restauração do espírito democrático, da cidadania e da participação social. A nova carta constitucional de 1988 acarretou em importantes avanços no campo do patrimônio, valorizando-se grupos historicamente marginalizados ou que não faziam parte dos grupos hegemônicos e economicamente influentes, através do registro do patrimônio cultural imaterial, que considera o conjunto de saberes, fazeres, expressões, práticas e produtos dos diferentes grupos e segmentos sociais formadores da sociedade brasileira.

A Educação Patrimonial, como foi ressaltado ao longo da última seção, acompanhou este cenário, na década de 1980, através do trabalho com as comunidades locais, que passaram a ser consideradas como importantes elementos no processo de preservação e valorização do patrimônio, pelo fato de serem as verdadeiras produtoras e detentoras de referências culturais, juntamente com outros grupos formadores da sociedade brasileira. Cabe a esses grupos o poder de atribuir valores culturais aos bens, processo este em que o poder público apenas deve ter o papel declaratório de reconhecer estes valores.

Com base nestas premissas, são apresentados direcionamentos que podem basear as práticas educativas à luz da Educação Patrimonial, contribuindo para a inserção dos sujeitos sociais no debate sobre as problemáticas e avanços vivenciados pelo campo do patrimônio e no entendimento de como ocorre seu processo de seleção, seja a comunidade local ou os alunos de História, no caso do presente artigo. Pautando-se em uma perspectiva crítica e dialógica, que deve ser implementada pelos professores, educadores e agentes culturais, a Educação Patrimonial pode atuar como uma importante ferramenta de construção de identidade, de senso crítico, da compreensão da importância de se respeitar outras realidades e entendimento dos sujeitos enquanto seres sócio-históricos, com a capacidade de transformarem a sua realidade e

a de outras pessoas a sua volta.

Para este propósito, é indispensável o envolvimento das instituições educacionais, formais e não formais nos processos educativos de Educação Patrimonial, com a oferta de cursos de Educação Patrimonial, oficinas e restauro, e práticas educativas que devem ser utilizadas para trabalhar diversos conteúdos em sala de aula. Conjuntamente, é necessária a otimização de recursos, por parte das esferas municipal, estadual e federal, para que sejam elaboradas políticas públicas e práticas de abordagens amplas, que permitam abranger as múltiplas realidades existentes nas diferentes localidades.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.), 2. ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGUIAR, Leila Bianchi. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v. 24, n.1, p.137-149, 2016.

ALVES, Élder Patrick Maia. **Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global**. Revista Sociedade e Estado – vol. 25, n. 3, setembro/dezembro 2010.

ARANTES, Antonio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: **Inovação cultural, patrimônio e educação**. BARRIO, Angel Espina (Org.). Editora Massangana, p. 52-63, 2010.

_____. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan/jun. 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

BRESSANE, Mariane. **Arquitetura Legal em São Paulo**, 2020. Série: conceitos básicos – Parte 3: Gabarito. Disponível em: <https://www.arquiteturalegalsp.com.br/post/conceitos-basicos-parte-3-gabarito>. Acesso em: 20/08/2023.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural**. n. 34. p. 147-175, 2012.

_____; LAVINAS, Laís Vilela. O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.24, n.1, p. 75-98, jan./abr. 2016.

CORREIA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano, Brasília, 2012.

CORREA, Raphaela Maciel. Uma abordagem histórica à luz de Michel Parent (1966-1967). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis (SC). 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548945017_01467722ec512a0ac8b927f4887d0d49.pdf. Acesso em: 08 de set. 2023.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. **A política externa brasileira no período 1964-1979: o papel do Itamaraty, das Forças Armadas e do Ministério da Fazenda**. Dissertação (Mestrado em História, Direito e Serviço Social) Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2009.

CUNHA BARRETO, Juliana. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2008.

FLORENCIO, Sônia. et al. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. 2 ed. rev. ampl. Brasília: **Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc**, 2014.

_____. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Adson Rodrigo S. Pinheiro (Org). Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2009.

_____. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Nº 02, p. 111-120, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1996.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e História: reflexões sobre o papel do Historiador. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 18, n.2, p. 637-660, mai.-ago./2014.

GUSMÃO, Fernanda Maria de. **Empoderamento e Preservação do Patrimônio Cultural: O Caso do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos Projeto Piloto Olinda/PE, 1981-1989**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Recife, 2011.

IPHAN. Ata da 56ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, 15/5/2008. **Portal Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/atasConselho?data=2001%2F2010&pagina=2>.

KOHLER, André Fontan. As cartas patrimoniais e sua relação com o turismo cultural: teorias, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR**, Penedo, Vol. 9, Número 2, 138-163, dez. 2019.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. (organização e texto). **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

MARTINS, Rebeca Fernanda da Silva. **Olinda para quem? O processo de tombamento do sítio histórico da cidade de Olinda (1968-1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**. Brasília: Iphan, 2012, p.25-39.

OLENDER, Marcos. O Afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v.35, 2017, p. 321-341. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan**. 2011. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. 1967. In: LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. (organização e texto). **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]. – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, 2011.

PELEGRINI, Sandra. C. A. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. Patrimônio e Memória - **Revista Eletrônica CEDAP**, vol. 2, n. 2, p. 1-24, São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, 2006. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445>. Acesso em: 12/09/2023.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente. Séculos XVIII -XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SANT'ANNA, Márcia. A Cidade-Patrimônio no Brasil: Lições do Passado e Desafios Contemporâneos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural**. p. 139-156, 2017.

_____. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 59-74. jan.- abr. 2016.

SANTOS, Felipe Freire de Souza. **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE OLINDA-PE: espaço de memória, identidade e conflito, um campo em processo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2017.

SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo (org.). **Cadernos do patrimônio cultural** – educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor/Iphan, 2015, p. 195-206. Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf). Acesso em: 30 de jul. 2023.

SILBERBERG, Ted. Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites. **Tourism management**, v. 16, nº 5, p. 361-365, aug. 1995.

SIQUEIRA, Lucília Santos. Educação Patrimonial e Ensino de História nas áreas metropolitanas. **Revista História Hoje**, v. 8, p. 302-325, 2019. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/362/308>. Acesso em: 10 de set. 2023.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p.133-148, jan./jul. 2019.

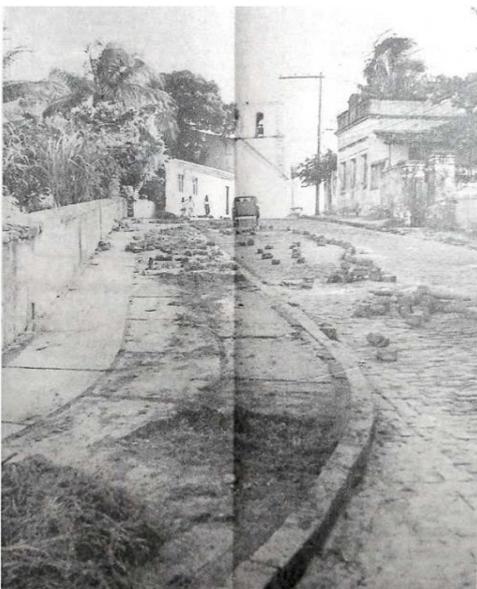
_____. Educação Patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 27 especial, p.133-148, jan./jul. 2019.

_____. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas**. (Caderno Temático nr 05). João Pessoa: Iphan-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

7. ANEXOS



Anexo 1: Áreas históricas e arruamentos da proposta de tombamento (1966). Imagem retirada da dissertação de Rebeca Martins, intitulada: “OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)”.



Anexo 2: Comprometimento do sistema viário da Ladeira da Sé.
Fonte: “Olinda pede socorro na esperança de que seu passado não desapareça”, Diário de Pernambuco, 21/05/1979 – AMOA. Imagem retirada da dissertação de Rebeca Martins, intitulada: “OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)”



Anexo 3: descaracterização no casario histórico. Fonte: “Olinda pede socorro na esperança de que seu passado não desapareça”, Diário de Pernambuco, 21/05/1979. Acervo AMOA. Imagem retirada da dissertação de Rebeca Martins, intitulada: “OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)”.



Anexo 4: denúncia de irregularidades na Rua Bonfim, clamando à fiscalização, 1979. Fonte: Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães, Olinda. Imagem retirada da dissertação de Rebeca Martins, intitulada: “OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)”.



Anexo 5: Pichação nos muros, na Rua Saldanha Marinho, 1979. Fonte: Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães. Imagem retirada da dissertação de Rebeca Martins, intitulada: “OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)”.